

O Estigma da Loucura nas Páginas de *Veja*¹

João Angelo Soares Lemos²
Emerson de Castro Firmo³
Universidade Positivo, Curitiba, PR

Resumo

Por meio da análise de 23 textos publicados no *site* da revista *Veja*, o trabalho estabelece a maneira como um veículo da imprensa pode impor obstáculos para discussões críticas e coerentes sobre a problemática da loucura no Brasil. Ao contrário do que se espera das práticas jornalísticas preocupadas com o respeito às diferenças e com a inclusão social, os materiais coletados sugerem o quanto um dos veículos mais tradicionais do país contribui para a manutenção do estigma dos doentes mentais: 95,7% das matérias apresentam a loucura em tom – deliberadamente ou não – pejorativo. Perigo, descontrole, fundamentalismo, ingenuidade, inconsequência, ansiedade, precipitação e contradição são algumas das características mais evidentes dos “loucos”, “malucos” e “doidos” segundo *Veja*.

Palavras-chave: *Veja*; loucura; estigma; sociedade.

Introdução

A mídia, em especial o jornalismo, representa o papel de uma das instituições sociais que mais contribui para alimentar o estigma dos doentes mentais, à medida que reproduz a divisão entre aqueles que agem e pensam de acordo com as regras informalmente impostas pela sociedade e os que apresentam “distúrbios de comportamento”. Exemplo disso é a relação estabelecida com frequência, por diferentes veículos de comunicação, entre doença mental e criminalidade – como se nem todas as pessoas apresentassem algum tipo de problema psicológico e, por isso, fossem incapazes de cometer crimes. Outra evidência é a discutível associação que publicações conservadoras costumam fazer de determinados personagens, desobedientes aos seus critérios de “normalidade”, com a problemática da loucura e das doenças mentais.

Caso exemplar é o da revista *Veja*, que, entendida por estudiosos da comunicação como um veículo de extrema direita, frequentemente rotula situações ou personalidades

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Autor do trabalho e estudante do 4º ano do curso de Jornalismo da Universidade Positivo (UP). E-mail: joao.angelo@hotmail.com.

³ Orientador do trabalho e professor do curso de Jornalismo da Universidade Positivo (UP). E-mail: teoriacastro@yahoo.com.br.

públicas a partir de suas ideologias e maneira excessivamente padronizada – e precária – de enxergar os fenômenos sociais. Na edição do dia 4 de fevereiro de 2009, a matéria de capa da revista (*Por que eles nunca crescem?*) mancha ainda mais a imagem de Robinho, jogador de futebol, acusado de agressão sexual em uma boate na Inglaterra. O texto não apenas ataca Robinho, mas também estigmatiza uma parcela da sociedade (cidadãos que se tornam astros repentinamente), diz-se, vítima da chamada síndrome de Peter Pan.

É justamente para a fragilidade da imprensa em termos de elucidação no que tange a loucura e de quebra do estigma cristalizado no decorrer dos séculos que apontam os resultados obtidos por meio de um Projeto de Iniciação Científica (PIC), e aqui organizado em forma de artigo. Este projeto, iniciado em meados de 2014, investigou a maneira como a revista *Veja* noticia acontecimentos que envolvem cidadãos com transtorno mental, a fim de comprovar o desserviço que o trabalho jornalístico pode promover à sociedade: matérias que assinalam o preconceito e a desinformação prevalecem sobre aquelas que conduzem a reflexões críticas acerca da loucura.

Dessa forma, a pergunta-problema do trabalho é a seguinte: *Como a mídia (no caso, a revista Veja), contribui para reforçar o estigma dos doentes mentais?* Por meio da leitura de reportagens (que abordam quaisquer assuntos, mas que, de uma forma ou de outra, associam algum aspecto do acontecimento narrado a palavras como “louco”, “maluco” e “doido”) publicadas no *site* do veículo, são questionados os limites que o jornalismo estabelece entre o que é ser normal e o que é ser louco na sociedade, apoiado nas ideias frágeis do senso comum, que alimentam formas de preconceito.

Discussões teóricas aprofundadas que contribuam para o debate e a reformulação da atuação jornalística no sentido de reconstruir o olhar fragmentado lançado a uma parcela da sociedade mostram-se extremamente necessárias. Afinal, como é ensinado já nos bancos acadêmicos, é dever do jornalista agir em prol de uma imprensa ativa nos processos de inclusão social e desarticulação do preconceito, propondo novas estratégias de comunicação que atuem contra a desinformação – aqui, sobre a loucura.

Dessa forma, o tratamento da temática e seus resultados que aqui serão expostos, sugere sua importância para a sociedade em geral. São os cidadãos comuns, aliás, os verdadeiros beneficiados com o avanço do saber, possibilitado pelo critério científico. Nesse caso, o principal ganho é a proposta de constituição de uma imprensa mais atenciosa para temáticas relacionadas à loucura – que, afinal, é questão de saúde pública – e de

considerações mais atentas sobre as políticas de saúde mental e o tratamento de loucos, desafios permanentes.

1. Revisão bibliográfica

A loucura é um dos grandes tabus do século XXI. Transtornos mentais e desvios de comportamento, rebeldes aos padrões de normalidade definidos pelas diferentes sociedades, são vistos com preconceito e pouco debatidos pelas instituições sociais de representatividade. Ao longo da história, foram desenvolvidos diferentes conceitos de loucura – no *Alcorão*, por exemplo, há registros da maneira como Maomé venerava os loucos, acreditando que eles haviam sido abençoados por Alá com a falta de juízo para que não pecassem –, mas ela passou a ser encarada com mais preconceito há pouco tempo. Segundo João Frayze Pereira, no livro *O que é loucura?*, “a definição da loucura em termos de ‘doença’ é uma operação recente na história da civilização ocidental”. (PEREIRA, 1985)

Durante milênios, no entanto, tratamentos cruéis contra doenças da mente foram colocados em prática em diferentes partes do mundo, reforçando a ideia de que sempre existiu resistência a atitudes que escapassem ao padrão de comportamento imposto pelo coletivo. No século V a.C, por exemplo, buracos eram feitos no couro cabeludo dos loucos para que os demônios provocadores da demência pudessem ir embora; e, no século XVII, Thomas Willis, um dos primeiros pesquisadores a escrever sobre o assunto, afirmava que os loucos eram como os animais – precisavam sentir medo, por meio de agressões físicas e psicológicas, para se livrarem da loucura (SOALHEIRO, 2005).

Em *A loucura como questão semântica: uma interpretação kantiana*, Daniel Omar Perez defende que foi a partir da segunda metade do século XVIII que a loucura passou a ser investigada à luz da razão, por meio de teorias que suplantaram o viés moral que dava a padres exorcistas a tarefa de curar as perturbações da alma. Foi na Inglaterra de 1763, afinal, que o termo “neurose”, elaborado por William Cullen, passou a ser utilizado. O que parecia um avanço, no entanto, mostrou-se o início de uma operação classificatória dos transtornos mentais que desembocaram na compilação de obras radicais, entre as quais o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), a chamada “Bíblia da Psiquiatria”, que registra mais de 300 patologias, distribuídas em 947 páginas.

Na metamorfose da experiência concreta da loucura, Pinel e Tuke fundam a psiquiatria positivista e os temas de uma ciência objetiva do homem, cujos postulados

reduzem as implicações da loucura a percepções estritamente morais – essência das concepções científicas e experimentais nas técnicas de diagnóstico e cura. Presencia-se, então, um processo de objetivação da loucura, que a isola daquilo que constituía sua verdade, o desatino, e a decompõe em um fenômeno à deriva. “O positivismo não será então apenas projeto teórico, mas estigma da existência alienada” (FOUCAULT, p. 457, 2002).

Assim, constitui-se o domínio no qual a loucura é percebida como uma verdade pura e objetiva, em um duplo movimento: enquanto ganha precisão no esquema médico, perde vigor na percepção concreta. O asilo já não é o lugar em que os insanos encontram sua verdade, mas simplesmente o ambiente confuso que mistura várias outras verdades – e mentiras. É por isso que a “libertação”, encabeçada por Pinel e Tuke, com o propósito de iluminar a loucura com a luz da ciência, tem muito mais de cômodo e estagnado do que de revolucionário.

Em tudo isso, qual o sentido da libertação dos “acorrentados”? (...) Tirar as correntes dos alienados presos nas celas é abrir-lhes o domínio de uma liberdade que será ao mesmo tempo o de uma verificação; é permitir que apareçam numa objetividade que não será mais ocultada nem nas perseguições, nem nos furores que lhes correspondem; é constituir um campo asilar puro, tal como era definido por Canabis e que a Convenção, por razões políticas, desejava ver estabelecido. Mas pode-se pensar também que, assim agindo, Pinel dissimulava uma operação política de sentido contrário: libertando os loucos, ele os misturava a toda a população de Bicêtre, tornando-a mais confusa e mais inextricável, abolindo todos os critérios que poderiam ter permitido uma separação (FOUCAULT, 2002, p. 466).

Paradoxalmente, a objetivação científica processada por Pinel e Tuke, que integra a praticidade do método experimental da filosofia de Augusto Comte, provocou tão somente a confusão no discernimento da loucura. O que não se compreendia era que, ao tentar transformar o louco em objeto neutro de pesquisa, como o são, por exemplo, as leis da física nas ciências duras, caía-se rotineiramente no erro – e o “advento” da loucura tornava-se cada vez mais incômodo. Não é a toa que o plano nosográfico encabeçado por cientistas no século XVIII, quando se desenvolvia uma ciência médica das doenças mentais, foi fracassado: a loucura, em toda a sua dialética e fantasmagoria, jamais pôde ser sistematizada de acordo com as técnicas experimentais e materialistas inspiradas na botânica.

Ou seja, a objetivação do delírio, essencialmente subjetivo, fez apenas dificultar seu discernimento. Isso porque o processo de investigação científica ignora que a loucura é, antes de mais nada, uma linguagem, com suas significações e sistemas de expressar sentimentos e verdades. Prova da falta de compreensão e diálogo entre medicina e loucura é a reclamação por parte dos psiquiatras ao longo dos tempos de que “os loucos são tão cheios de si” (PORTER, 1990, p. 42). Acreditava-se, afinal, que o “egoísmo” que faz com que os dementes mantenham a sede insaciável de escrever e falar sobre si mesmos – sintomas de paranoia e megalomania, por exemplo –, associado aos pecados da vaidade e do orgulho, estiveram por muito tempo (se ainda não estão) atrelados à imagem do louco. Apesar de em alguns períodos da história os loucos terem conseguido se fazer ouvir (o bobo da corte recebia privilégios e a bruxa possuída era investigada), uma verdade parece clara:

Ao longo do tempo, o desenvolvimento da segregação através do sistema de manicômios e de uma disciplina dirigente, a psiquiatria, serviu para silenciar os doentes mentais ou, o que talvez seja mais exato, para tornar suas vozes inaudíveis para a maioria das pessoas e ininteligíveis para outras, pouco inclinadas a escutar. Em termos concretos, o que ocorreu foi brutal. Quanto mais os loucos eram trancafiados, mais eram “trancados” em qualquer sentido do termo (PORTER, 1990, p. 44).

Entre os sintomas da esquizofrenia descritos no livro *Psicofarmacologia aplicada: manejo prático dos transtornos mentais* (2006) estão alterações de pensamento: anormalidades na linguagem falada ou escrita, com frouxidão das associações e pobreza no conteúdo do discurso. O que se permite extrair daí não é necessariamente o domínio de saberes técnicos confiáveis, fundamentados em critérios científicos – como deseja sustentar a psiquiatria, em suas abordagens materialistas pautadas pelas metodologias da medicina convencional –, mas, antes, a incapacidade de identificar a riqueza que se esconde no enunciado da loucura.

Mais recentemente, indivíduos acometidos por desvios mentais passaram a ser discriminados, vivendo na retidão de asilos instituídos com o propósito justamente de excluir – os internamentos clássicos silenciaram as vozes perturbadoras da loucura. Isso porque se elegeu um delegado da razão: o médico, personagem recente do enredo histórico da loucura, autorizado a roubar os encantos da desrazão e atribuir-lhe a qualidade de patologia, protegido pela condição de especialista e pela glorificada neutralidade científica. A respeito da ciência, Frayze-Pereira defende um ponto de vista particularmente interessante:

O propósito da ciência, desde suas origens na ideologia racionalista da sociedade burguesa nascente, era o de livrar os homens do medo e da superstição, suprimir os mitos e a imaginação por meio do saber. [...] No entanto, a crescente racionalização do mundo levou o homem a perder a crença nos poderes mágicos, nos deuses, nos demônios. Aboliu o sentido de sagrado e o recurso ao encantamento divino, pois a natureza cientificizada é uma natureza dominada pela técnica produtivista e pela racionalidade científica despoetizadora (FRAYZE-PEREIRA, 1985, p. 96).

Na inter-relação entre os conceitos “normalidade” e “loucura” (um só faz sentido graças à existência do outro), sustentada pela voz da ciência – e reproduzida pela imprensa –, o diálogo entre o são e o demente é dissipado, uma vez que cada qual explora uma linguagem própria: o primeiro, a do discurso racional e científico; o segundo, a da desordem e abstração. Nesse processo, o especialista (médico ou psiquiatra), dono de um discurso “competente”, sente-se livre para analisar, por meio da razão, a loucura, mas jamais permite ouvir o que o canto da loucura, proferido por “incompetentes sociais”, tem a transmitir sobre a razão.

Esse conflito, no qual apenas o lado opressor tem vez, representa a síntese do equívoco em que parte da psicologia se transformou. Seja entre adeptos do organicismo ou do psicofuncionalismo, a tentativa de se definir o que é normal em termos de matéria orgânica, cujos desvios provocam a doença mental, e determinar a personalidade “ideal”, que revelaria a manifestação genuína da sanidade, constitui-se uma empreitada sem pontos de partida e chegada (o que, para a ciência, pode ser um problema): “Ainda que a noção de ‘doença mental’ não possua o mesmo sentido conforme uma ou outra das perspectivas mencionadas, ambas cometem o mesmo engano básico. Procuram tratar como fato em si aquilo que é essencialmente relacional” (FRAYZE-PEREIRA, 2002, p. 19).

Relacional porque a determinação de ocorrências da loucura contempla fatores não apenas históricos, mas também culturais. Assim, aquilo que, para uma comunidade corresponde a um desvio de comportamento, para outra, situada no extremo oposto do globo, pode ser a mais nobre maneira de agir em sociedade, baseada em virtudes morais cristalizadas ao longo da história daquele grupo específico. Ou seja, segundo a etnopsiquiatria⁴, os modelos de insanidade são definidos pelas coletividades humanas.

Para Foucault, foi justamente no silêncio do internamento que a loucura conquistou estranhamente uma linguagem que é a sua, falando por si mesma. Afinal, “a percepção

⁴ Corrente da psiquiatria fundada por Georges Devereux na década de 1960, que integra, nos procedimentos de diagnóstico e tratamento, os fatores culturais do problema psicológico e a investigação dos mecanismos psíquicos internos.

asilar sem dúvida fez mais do que toda a nosografia do século XVIII para que um dia se viesse a prestar atenção àquilo que a loucura podia dizer de si mesma” (FOUCAULT, 2002, 392). Ou seja: da maneira mais ingrata, a experiência do internamento teria, de algum modo, produzido uma sensibilidade que deu mais substância à loucura. E, segundo Foucault, teria sido justamente Freud, com sua psicanálise da ‘cura pela fala’, o primeiro a reatar a comunicação com a desrazão, dispondo-se a escutar sua linguagem.

Todavia, a psicanálise, a despeito dos avanços, mantém a estrutura alienante que determina a relação médico-paciente, também fracassando na compreensão do desatino. “A psicanálise pode desfazer algumas das formas da loucura; mesmo assim, ela permanece estranha ao trabalho soberano do desatino. Ela não pode nem libertar nem transcrever e, com razão ainda maior, nem explicar o que há de essencial nesse trabalho” (FOUCAULT, 2002, p. 503). Sustenta-se, então, que a linguagem da loucura permanece oculta nas teias do desatino, fenômeno que se fez irreconhecível pelas sociedades, instituições e profissionais da saúde mental, nas diferentes épocas.

2. Materiais e métodos

Por meio da leitura de referenciais bibliográficos e textos disponíveis na internet, tanto da área da psicologia quanto da comunicação, foram coletadas informações sobre a questão da loucura. O objeto de estudo foram reportagens publicadas no *site* da revista *Veja* em 2014, nas quais se registram algumas das palavras-chave definidas para o processo de pesquisa: “louco”, “maluco”, “doido”, “loucura” ou “maluquice”. As leituras tiveram como objetivo evidenciar o tratamento estigmatizado dado aos doentes mentais e a determinação de um suposto comportamento “adequado”, que deveria ser seguido por toda a sociedade para seu “bom andamento”.

Para tanto, foi realizado um levantamento quantitativo da frequência com que os termos descritos acima, definidos durante as pesquisas bibliográficas da psicologia, aparecem nas matérias jornalísticas. Essas reportagens não envolvem necessariamente assuntos referentes à condição mental dos personagens, mas simplesmente a aspectos cotidianos que de alguma forma ou de outra são associados a termos utilizados para se referir à condição de loucura.

Após essa etapa, relacionar-se-á os resultados desse diagnóstico com aspectos sociológicos para investigar de que maneira o tratamento jornalístico da *Veja* dado ao tema contribui para que o preconceito contra os doentes mentais seja perpetuado na sociedade.

3. Resultados obtidos

Ao todo, foram coletados 23 textos (entre matérias, reportagens, notas e artigos de opinião), publicados no *site* da revista *Veja* de 18 de fevereiro a 19 de dezembro de 2014, nos quais se identifica pelo menos uma vez alguma das palavras-chave da projeto de pesquisa: “louco”, “maluco”, “doido”, “loucura” e “maluquice”. Desse total, 22 (95,7%) apresentam a loucura em tons negativos, relacionando-a principalmente a qualidades indesejáveis na sociedade, como raiva, perigo, engano, ingenuidade, inconsequência, agressividade, disparate, aborrecimento, ansiedade, precipitação, ininteligência e contradição.

Os termos pré-definidos para as pesquisas qualitativas aparecem em grande parte como instrumentos ideológicos, à medida que provocam no leitor sentidos que sugerem forte posicionamento político – o de extrema direita. Ou seja, as palavras “louco”, “maluco”, “doido”, “loucura” e “maluquice” são, em sua maioria, empregadas em contexto pejorativo como arma de ataque político-ideológico. Caso exemplar é o texto *Presidente da Câmara tenta votar nesta terça Decreto Legislativo que anula maluquice bolivariana de Dilma*, publicado em 17 de julho, que ridiculariza as decisões políticas da presidente, sugerindo que sua “maluquice” é manifestada em forma de atitudes precipitadas, movidas pelo furor e excitação do momento.

O único texto – uma reportagem que contextualiza com considerável profundidade os diferentes enfoques em evidência –, representante dos outros 4,3% do material coletado, que traz o termo “loucura” e suas derivações por um viés sério e coerente é o da jornalista Rita Loiola, intitulado *A loucura animal* (de 25 de outubro). Na contramão das outras publicações, essa se mostra extremamente significativa em termos de esclarecimento sobre o transtorno mental ao apontar as conclusões a que chegam os estudos da bióloga Laurel Braitman: a compreensão da mente dos animais é reveladora de verdades a respeito do próprio homem. A reportagem inclusive transcreve uma entrevista com a especialista, autora do livro *Animal madness*, que explica em mais detalhes a demência animal.

É evidente que *A loucura animal* é o único texto a desdobrar de modo realmente autêntico a temática porque esse é justamente o seu objeto de análise e descrição. Não é legítimo em uma nota sobre o último episódio da novela (*Louca de ciúme, Helena esbofeteia Luiza*, de 13 de maio), por exemplo, abordar com a devida seriedade a expressão “louca de ciúme”. Afinal, o propósito do material é exatamente dar cores simplistas a um

fato que não exige tratamento analítico. Mas, assim como a estatística obtida nesta pesquisa, isso desnuda um fato particularmente interessante: de um jeito esdrúxulo, o texto apenas reproduz uma ideia compartilhada em sociedade – a de que a condição de loucura implica qualidades típicas da “decadência” humana, como raiva e descontrole.

Além disso, é necessário reconhecer que, na maior parte dos casos, as palavras-chave possivelmente não foram exploradas em contexto deliberadamente pejorativo. Mas, ao empregá-las para ilustrar situações adversas – discursos desconexos e, desencontro de ideias, fatos inesperados e consequências hediondas do fundamentalismo religioso – é inegável que os autores dão os contornos daquilo que o próprio país (ou parte considerável dele) pensa sobre a loucura, os transtornos mentais e os desvios de comportamento, contribuindo para a manutenção do estigma. Não apenas como inconsequentes, ingênuos, contraditórios, perigosos e precipitados, os “loucos”, “malucos” e “doidos” são encarados pela população em geral também como sujeitos cômicos e geradores de piadas e chacotas, conforme indica este estudo.

Textos	Números	Percentual
Reforçam o estigma	22	95,7%
Desconstrói o estigma	1	4,3%
Total	23	100%

Abaixo, o que se pode concluir a partir da leitura das matérias e os respectivos links:

Loucura como falta de controle – 13/05/2014: <http://veja.abril.com.br/blog/quanto-drama/fotonovela/louca-de-ciume-helena-esbofeteia-luiza/>.

Loucura como perigo (relação entre extremismo religioso e loucura) – 15/12/2015: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/disseram/entre-o-fanatismo-e-a-loucura/>.

Loucura como discurso desconexo – 19/12/2014: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-louco-discurso-de-dilma-na-cerimonia-de-diplomacao-ou-os-deuses-primeiro-enlouquecem-aqueles-a-quem-querem-destruir-ou-ainda-toffoli-e-terceiro-turno/>.

Loucura como ignorância, práticas “hediondas”, radicalismo e fundamentalismo religioso – 31/07/2014: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/vasto-mundo/a-loucura-dos-jihadistas-no-iraque-agora-e-proibida-a-exibicao-de-manequins-que-mostrem-o-rostofeminino/>.

Loucura como práticas equívocas com efeitos perversos – 10/06/2014: <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/as-loucuras-da-presidente-cristina-kirchner/>.

Loucura como ingenuidade – 06/11/2014: <http://veja.abril.com.br/blog/radar-online/partidos/esse-e-louco/>.

Matéria que de fato se propõe a analisar a loucura, que é o objeto da narrativa – 05/10/2014: <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/a-loucura-animal/>.

Loucura como algo extremamente cômico – 01/12/2014: <http://veja.abril.com.br/noticia/entretenimento/imperio-salvador-vai-ao-salao-de-xana-e-sai-com-visual-muito-louco/>.

Loucura como disparate, incoerência – 13/08/2014: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/so-louco-investe-no-brasil-diz-presidente-da-csn/>.

“Louco”, aqui, é utilizado como termo de agressão, assim como a palavra “babaca” – 30/07/2014: <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/eua-ex-diretora-do-fisco-chamou-conservadores-de-loucos/>.

Loucura como disparate, incoerência – 06/09/2014: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/benjamin-steinbruch-presidente-da-fiesp-hoje-so-um-louco-investe-no-brasil/>.

Loucura como chacota – 29/07/2014: <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/maduro-volta-a-dizer-que-conversou-com-passarinho/>.

Maluquice como fenômeno fora do esperado – 10/12/2014:
<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/direto-ao-ponto/a-proeza-de-vargas-cair-fora-do-congresso-por-falta-de-decoro-e-como-ser-expulso-do-hospicio-por-excesso-de-maluquice/>.

Maluquice como in consequência – 15/09/2014:
<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/aidar-demite-juvenal-que-diz-que-seu-ex-aliado-e-maluco/>.

Maluquice como algo inesperado, fora de contexto – 18/02/2014:
<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/chuva-na-costa-neve-na-montanha-o-clima-maluco-dos-jogos-de-sochi/>.

Doido como um indivíduo indignado – 11/03/2014: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/sanatorio-geral/doido-de-pedra-2/>.

Doido como sujeito ansioso – 21/09/2014:
<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/haddad-e-as-ciclofaixas-a-partir-de-hoje-o-prefeito-ficara-ainda-mais-doido-ou-odorico-paraguacu-e-a-imprensa-livre-e-independente/>.

Doido como algo confuso – 28/04/2014: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/marco-aurelio-reage-a-lula-e-um-troco-doido-e-o-sagrado-direito-de-espernear/>.

Maluco como infame, terrorista – 06/08/2014: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/guerras/politica-externa-maluca/>.

Maluquice como surto, excitação, precipitação – 15/07/2014:
<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/presidente-da-camara-tenta-votar-nesta-terca-decreto-legislativo-que-anula-maluquice-bolivariana-de-dilma/>.

Maluquice como algo indiscernível – 19/09/2014: <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/2014/09/19/que-maluquice-e-essa-de-que-aecio-ajuda-dilma-atacando-marina-parem-de-confundir-primeiro-turno-com-segundo/>.

Maluquice como algo passível de piada – 26/06/2014:
<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/turma-de-evo-faz-o-relogio-girar-para-a-esquerda-e-a-bolivia-vira-a-noruega-e-a-noruega-a-bolivia-ou-o-bolivarianismo-e-o-ressurgimento-do-rabo/>.

Doido como algo contraditório – 03/07/2014: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/bau-de-presidentes/um-prato-de-pilulas-queijo-de-cabra-nortista-e-conversa-de-doido-no-cafe-da-manha-com-sarney/>.

4. A função do jornalismo

Este trabalho coloca em questão, acima de tudo, o papel do jornalismo no contexto social. Como se ensina na academia, essa atividade profissional, ao menos em discurso, mantém-se articulada aos princípios de transformação da realidade política, econômica e social das civilizações, por meio de mecanismos de questionamento do poder. Essas qualidades caracterizam a profissão desde o seu surgimento, séculos atrás, quando já havia a preocupação com as necessidades do cidadão. Nesse contexto, é fundamental que se desenvolvam trabalhos científicos que analisem, de maneira criteriosa, as práticas que atualmente fujam às concepções que estão no cerne do jornalismo.

A revista *Veja*, como foi possível perceber por meio desta pesquisa, constitui um veículo de comunicação que se move na contramão dos ideais da atividade jornalística. Especialmente por ser uma revista, cuja matéria-prima é a grande reportagem, aliás, é basilar que ela desenvolva conteúdos suficientemente profundos e contextualizados, com o objetivo de esclarecer ao leitor as várias nuances dos acontecimentos. Grande-reportagem é o material cujo aprofundamento é extensivo e intensivo, proporcionando o nível mais alto de compreensão de determinado tema.

“Em particular, ganha esse status quando incorpora à narrativa elementos que possibilitam a compreensão verticalizada do tema no tempo e no espaço” (LIMA, 2002, p. 24). A dinâmica da grande-reportagem é processada com bases na prática do jornalismo interpretativo, cujo postulado é alimentar a audiência com ferramentas que possibilitam a compreensão dos fenômenos de seu tempo: causas, origens e consequências, preenchendo lacunas de informação. Ou seja, a reportagem interpretativa busca sentidos mais amplos e

menos imediatos (factuais) do que produtos do jornalismo diário, dentro de uma dialética que contempla até mesmo análises sociológicas, filosóficas e psicológicas.

Ainda de acordo com Lima, os ingredientes básicos para a composição de um material a partir dos princípios do jornalismo interpretativo são: contexto (abordagem de toda a rede de forças de determinado fenômeno); antecedentes (resgate das origens e desenvolvimento do problema); suporte especializado (por meio de pesquisas de opinião e entrevistas com especialistas e testemunhas do assunto); projeção (inferência dos desdobramentos do caso); e perfil (para a humanização da reportagem). O objetivo final é a obtenção de uma abordagem multiangular, que fuja ao enfoque meramente linear dos fatos, formando um sistema possibilitado pelo estabelecimento de relações entre causas e consequências.

No jornalismo interpretativo, não se contenta com a relação simplista de causa e efeito. A base da procura de entendimento para os problemas transita pelo conceito de causalidade múltipla para um mesmo fenômeno, com conseqüente multiplicidade de efeitos. É tecer esse encontro de relações entre a rede de causas e a rede de efeitos o objetivo do jornalismo interpretativo, ao procurar fornecer uma leitura precisa, ampla, da complexa realidade que cerca o mundo contemporâneo (LIMA, 2002, p. 22).

Como foi possível perceber, esse jornalismo interpretativo não contempla o discurso de *Veja* nas abordagens dos textos coletados. Pelo contrário: trata-se de narrativas fragmentadas que reforçam – embora na maioria dos casos de maneira ingênua – o estigma da loucura. Portanto, há uma lacuna social: a das discussões sobre a condição do doente mental e a manifestação da loucura, que *Veja* não se mostrou capaz de preencher, frustrando em parte alguns dos mais fundamentais princípios do jornalismo.

5. Considerações finais

Os resultados obtidos a partir de pesquisas qualitativas – evidenciadas na costura de conceitos teóricos – e quantitativas – por meio de dados estatísticos – apontam para uma conclusão: o jornalismo ortodoxo brasileiro (aqui, representado pela revista *Veja*) funciona como uma ferramenta social de reafirmação do estigma da loucura. Antes mesmo de debruçar-se sobre o tema, o autor deste trabalho já considerava como hipótese esse fato, especialmente porque as pesquisas científicas na área de comunicação desenvolvidas durante a academia invariavelmente trazem à tona as fragilidades da imprensa nacional no que tange a representação dos fenômenos sociais e suas variações. Mesmo assim, o presente

estudo mostrou-se revelador, devido à disparidade percentual entre a quantidade de textos que reforçam o estigma e que o desconstroem: 95,7% contra 4,3%.

A loucura, enquanto fenômeno social, ganhou projeção científica com Michel Foucault (1926-1984), que, em sua *História da loucura*, estabelece um complexo panorama dos tortuosos caminhos da perturbação mental, da Renascença à modernidade, delongando-se na era clássica, quando a experiência da loucura alcança especial significação. É dos séculos XVI ao XVIII, então, que o fenômeno do desvario estabelece relações conflituosas com a razão: “A loucura é um momento difícil, porém essencial, na obra da razão; através dela, e mesmo em suas aparentes vitórias, a razão se manifesta e triunfa. A loucura é, para a razão, sua força viva e secreta” (FOUCAULT, p. 35, 2002).

Foi esse filósofo, pesquisador das várias formas de cerceamento da liberdade (manicômios e prisões, principalmente), que destrinchou a problemática da loucura, com foco nos mecanismos sociais de segregação do desatinado. A edificação de asilos – marcas mais notáveis da experiência clássica da loucura –, dos quais o Hospital Geral de Paris, fundado a 27 de abril de 1656 é o exemplo primário, corresponde ao baluarte dos processos de marginalização e segregação do louco. Foi por meio da prática da internação, afinal, que se inaugurou uma nova maneira de lidar com o fenômeno do “desvio” social. Aquilo que em meados do século XVII nasceu de políticas econômicas em plena crise europeia – as casas de internamento –, nos anos subsequentes, até contextos mais contemporâneos, foi coberto de novas significações. Mas o que talvez não se tenha perdido foi o elemento fundamental das origens da cultura asilar: seu aspecto moralizante.

Pela primeira vez, instauram-se estabelecimentos de moralidade nos quais ocorre uma surpreendente síntese entre obrigação moral e lei civil. (...) nessa grande internação da era clássica, o essencial e o evento novo é que a lei não mais condena: interna-se nas cidadelas da moralidade pura, onde a lei que deveria imperar sobre os corações será aplicada sem compromissos nem amenidades, sob as espécies rigorosas da coação física (FOUCAULT, 2002, p. 75).

As “cidadelas da moralidade” expandiram-se. Não são mais apenas os modelos de assistência que ditam o que há de certo e errado na sociedade e as nuances do comportamento humano. Atualmente, como foi possível constatar neste estudo, a mídia também cumpre esse papel. Aliás, na contramão dos ideais que deram origem à atividade jornalística, no fim do século XVIII – quando se buscava um exercício de responsabilidade social, por meio da valorização de virtudes como verdade, transparência, questionamento e

crítica social –, organismos da imprensa atual desenvolvem trabalhos precários em termos de esclarecimento de problemáticas sociais.

A loucura é um tema por muito tempo considerado tabu. Mas, se no século 5 a.C abriam-se buracos no couro cabeludo dos loucos como alternativa de libertação dos demônios provocadores da demência, na contemporaneidade não se encara o fenômeno de forma menos comprometida. A psiquiatria atual, herdeira de modelos materialistas e positivistas de estudar o ser humano, tropeça – tanto no campo teórico quanto no prático – em noções básicas da atividade, especialmente em diagnósticos e mecanismos de cura. É para essa realidade, afinal, que o jornalismo deveria prestar atenção. A análise das matérias de *Veja* que abordam conceitos derivados da loucura funciona, portanto, como ponto de partida – e, de certa forma, como pretexto – para o entendimento da necessidade de se desenvolver pesquisas mais aprofundadas, complexas e criteriosas.

Referências

FRAYZE PEREIRA, João. **O que é loucura?** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

FERNANDES, Graça. **Como pode a assistência se transformar?** ____: ____, ____.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas.** São Paulo: Manole, 2004.

PEREZ, Daniel Omar. **A loucura como questão semântica: uma interpretação kantiana.** Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732009000100007>. Acesso em 02/11/2014.

PORTER, Roy. **Uma história social da loucura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SOALHEIRO, Bárbara. **Louco, eu?** Rio de Janeiro: Revista Superinteressante, 2005. Março.

SLATER, Lauren. Dentro do ninho do louco. In: **Mente e Cérebro.** ____: Ediouro – Sinergia, ____.